

✓ Refazendo centros e margens: Notas de pesquisa para avaliação da política sexual no Brasil atual

Marcelo Natividade¹

¹ Departamento de Ciências Sociais
Universidade Federal do Ceará

Professor da Universidade Federal do Ceará, Coordenador do Observatório Nacional da Política LGBT, Docente permanente do Mestrado Profissional em Avaliação de Política Pública da UFC e do Programa de Pós-graduação associado em Antropologia UFC-UNILAB. Coordenador do Laboratório de estudos sobre marcadores sociais da diferença (LAMAS).

Resumo: O artigo discute mudanças recentes na política brasileira com a ascensão de conservadorismos e fundamentalismos na política pública, especialmente, nos campos do gênero e da sexualidade. O objetivo é demonstrar como alterações estratégicas na gestão técnica conformam agendas conservadoras e levam a retrocessos e desmontes no acesso a serviços, políticas e programas governamentais. Colabora para a avaliação da política sexual brasileira, em particular, aquelas para mulheres, pessoas vivendo com HIV-AIDS, comunidades LGBT e outras, ao abordar a construção de centros e margens, a partir de jogos de forças e disputas entre múltiplos atores sociais na política. A metodologia contempla a análise de documentos, atos oficiais do Estado em decretos, portarias, normas técnicas, reportagens e outros materiais de mídia. Examina controvérsias e posições públicas de entidades da sociedade civil sobre direitos sexuais, inclusive abordando a repercussão de tais assuntos durante a pandemia de COVID-19 no Brasil.

Palavras-chave: política pública, gênero e sexualidade, política sexual, minorias, Estado

EN

Abstract: The article discusses recent changes in Brazilian politics with the rise of conservatisms and fundamentalisms in public policy, especially in the fields of gender and sexuality. The objective is to demonstrate how strategic changes in technical management shape conservative agendas and lead to setbacks and dismantling in access to government services, policies and programs. It collaborates for the evaluation of the Brazilian sexual politics, in particular, those for women, people living with HIV-AIDS, LGBT communities and others, when approaching the construction of axes and margins that came from games of forces and disputes between multiple social actors. The methodology includes the analysis of documents, official acts of the State in decrees, ordinances, technical standards, reports and other media materials. Besides that the article approaches controversies and public positions of civil society entities on sexual rights, including addressing the repercussion of such matters during the COVID-19 pandemic in Brazil.

Key-words: public policies, gender and sexuality, sexual politics, minorities, State

ES

Resumen: El artículo analiza los cambios recientes en la política brasileña con el auge de los conservadurismos y fundamentalismos en las políticas públicas, especialmente en los campos de género y sexualidad. El objetivo es demostrar cómo los cambios estratégicos en la gestión técnica moldean las agendas conservadoras y conducen a retrocesos y desmantelamiento en el acceso a los servicios, políticas y programas gubernamentales. Contribuye a la evaluación de la política sexual brasileña, en particular, las de mujeres, personas viviendo con VIH-SIDA, comunidades LGBT y otras, al abordar la construcción de centros y márgenes, a partir de juegos de fuerzas y disputas entre múltiples actores sociales. política. La metodología incluye el análisis de documentos, actos oficiales del Estado en decretos, ordenanzas, normas técnicas, informes y otros materiales mediáticos. Además, el artículo aborda controversias y posiciones públicas de entidades de la sociedad civil sobre los derechos sexuales, incluyendo las repercusiones de tales temas durante la pandemia de COVID-19 en Brasil.

Palabras-clave: política pública, género y sexualidad, política sexual, minorías, Estado.

FR

Résumé: L'article traite des changements récents de la politique brésilienne avec la montée des conservatismes et des fondamentalismes dans les politiques publiques, en particulier dans les domaines du genre et de la sexualité. Il souligne les changements stratégiques dans la gestion technique qui façonnent des programmes conservateurs et conduisent à des reculs et à un démantèlement dans l'accès aux services, politiques et programmes gouvernementaux. Elle contribue à l'évaluation de la politique sexuelle brésilienne, en particulier celle des femmes, des personnes vivant avec le VIH-SIDA, des communautés LGBT et autres, à l'approche de la construction de centres et de marges, à partir de jeux de forces et de conflits entre de multiples acteurs sociaux dans le politique. Les faits sont illustrés par des documents d'enquête, des actes officiels de l'État dans des décrets, des ordonnances, des normes techniques. En outre, l'article aborde les controverses et les positions publiques des entités de la société civile sur les droits sexuels, y compris les répercussions de ces problèmes pendant la pandémie de COVID-19 au Brésil.

Mots-clés: politique publique, genre et sexualité, politique sexuelle, minorités, État

INTRODUÇÃO

Este artigo alimenta uma linha de reflexão desenvolvida desde a implantação do Observatório Nacional da Política LGBT, na Universidade Federal do Ceará, com subsídio de emenda parlamentar da Deputada Federal Luizianne Lins (Partido dos Trabalhadores), para a criação de um núcleo de pesquisa e intervenção LGBT.¹

O trabalho se desenrolou motivado pelo estabelecimento de estreito diálogo com parlamentares na Câmara Municipal da Prefeitura de Fortaleza, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e no Congresso Nacional brasileiro, em diferentes ocasiões. Nelas, eu era convidado a opinar na avaliação da política sexual brasileira, em especial, aquela voltada ao combate das vulnerabilidades das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), na visão das Ciências Sociais. Por conta disso, argumentei sobre a necessidade de monitorar, mais sistematicamente, avanços e retrocessos na política LGBT, a partir do golpe que afastou a Presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), com meus interlocutores à época, dentre eles, os vereadores Larissa Gaspar (Partido Pátria Livre) e Guilherme Sampaio e o Deputado Estadual Elmano de Freitas (ambos, Partido dos Trabalhadores). Mas foi a Deputada Federal Luizianne Lins quem acolheu a ideia de fundar um grupo que se dedicasse a essa tarefa, passando a direcionar à Universidade Federal do Ceará emenda parlamentar com esse fim.²

Assim iniciei, com a ajuda de assistentes de pesquisa, um trabalho exaustivo de mapear ações do Estado, implicadas em avanços (se houvesse) e em retrocessos e desmontes, empregando metodologias de investigação plurais: ouvindo os movimentos, promovendo debates públicos, coletando entrevistas com técnicos e gestores, monitorando controvérsias públicas nas mídias, identificando e arquivando atos oficiais como portarias, decretos federais, estaduais e municipais, programas governamentais, normas técnicas, decisões do Judiciário brasileiro, que se materializam em um robusto *corpus* de pesquisa e relatórios técnico-narrativos (Natividade *et al*, 2019).

O artigo aqui proposto se debruça sobre parte do que foi coletado, para um sobrevoo na temática e análise preliminar. A questão que motiva o estudo abrangente quer entender as mudanças na política sexual brasileira, voltada para as populações LGBT, tendo como marcador histórico, político e cultural o golpe, mas alcançando

eventos recentes, pertinentes a chegada ao poder de um governo que se autodenomina de “extrema direita”, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro (sem partido) ao cargo de Presidente da República do Brasil. A hipótese construída e sustentada é a de que os últimos anos são assolados por um esforço proeminente de moralização da política sexual brasileira, tendo como agentes de influência de seu repertório cívico, atores ligados às bancadas e instituições religiosas brasileiras (Montero *et al*, 2018). Desse modo, o objetivo proposto no texto segue bem de perto a questão colocada em debate em mesa da ANPOCS, MR24 - Democracia Ameaçada: Direitos Sexuais e Reprodutivos diante da reação conservadora, cujo propósito era destacar investidas de forças fundamentalistas na política brasileira para obstruir direitos no campo do gênero e sexualidade, cabendo a mim, colaborar com a análise da questão LGBT dentro desse contexto. É intenção aqui aprofundar a análise das relações entre vulnerabilidades sociais e as respostas/ decisões/ atos do Estado, abordando as suas instabilidades, os inacabamentos da política pública brasileira (Birman, 2016) no que tange aos direitos sexuais e reprodutivos e as relações destes a amplos processos sociais e transformações nas moralidades (Carrara, 2008; Vianna e Lacerda, 2004; Vianna e Benitez, 2016).

Convém pontuar que o exercício feito é preliminar e parcial dentro do material disponibilizado na citada pesquisa. Não contempla, por exemplo, a visão da política sexual do ponto de vista dos atores (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, LGBT) que são objeto da mesma, deixando essa avaliação para ocasião oportuna. Mas se dedica muito mais, a avançar, em passos modestos, na etnografia do Estado em ação (Natividade, 2016), assinalando os inacabamentos, as contingências e, identificando, o que gestores e agentes da política nomeiam de “desmontes” e “retrocessos”. Do ponto da antropologia do Estado (Natividade, 2016; Birman, 2016; Rodrigues, 2014) o foco incide para as linhas de força no fazer da política brasileira, os meandros da violência do Estado em face das populações socialmente mais vulneráveis (Veena Das, 2014; Vianna e Benitez, 2016). Com efeito, pretende-se examinar como se produz essa violência na construção dos centros e margens da política pública brasileira, marcadas pela atuação e presença de lideranças identificadas a discursos conservadores e fundamentalistas em seus quadros técnicos governamentais.

Essa abordagem é coerente também com minha participação como docente e pesquisador no Mestrado Profissional em Avaliação da

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada em uma mesa redonda da 44ª Reunião da Associação Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS): Cientistas Sociais e o Novo Coronavírus, em 2020. Participaram da coleta de materiais e sistematização de dados na pesquisa ampla os bolsistas em nível de graduação, Caiala Mariana Monteiro e Rômulo Rocha (Universidade Federal do Ceará). Já em nível de pós-graduação, participou Bruno Alves (mestrado em Antropologia UFC-UNILAB).

² Emenda Parlamentar número 37100013 EIND.

Política Pública (MAPP) e no Núcleo Multidisciplinar de Avaliação de Política Pública (NUMAPP) da Universidade Federal do Ceará. Ela concorda com o esforço de um corpo amplo de seus acadêmicos em delinear e executar, de modo cada vez mais preciso, consistente e técnico, a avaliação em profundidade da política pública brasileira, colaborando assim para o desenvolvimento de inovações metodológicas e epistemológicas dessa perspectiva avaliativa (Torres Júnior *et al*, 2020; Rodrigues, 2008). Minha contribuição, nesse sentido, se dá no esforço por produzir diagnósticos complexos e dinâmicos, que considerem múltiplas camadas discursivas, relações de poder, tensionamentos e embates, implicados na interação entre Estado, sociedade e populações vulneráveis (Schritzer Meyer, 2016).

O recorte focaliza dados empíricos, colhidos por meio de atos oficiais dos governos e poder público (Executivo, Legislativo e Judiciário), bem como materiais midiáticos e outras fontes etnográficas documentais. Ciente estou das lacunas para fazer a análise em profundidade, mas certo de que cada recorte, fragmento e interpretação que se volta a esse quadro colabora para a mesma. Apesar do amplo escopo da pesquisa, para esse artigo, o foco concorre muito mais para ações que transcorrem na passagem ao “bolsonarismo”, enquanto política governamental empenhada na conformação de linhas divisórias muito demarcadas entre políticas para minorias e uma política de direita, conservadora e amparada em posturas autoritárias, fundamentalistas e sustentadas na franca exibição de hostilidades a essas minorias, impactando a dita política pública brasileira, em múltiplas áreas da governança pública. Primeiramente, o foco é para um contexto mais amplo das estratégias empregadas nessa forma de agir, do ponto de vista da construção de quadros gestores. Posteriormente, discuto outro tipo de mecanismo, mais afeito a configuração de uma certa relação com o controle social e a participação da sociedade civil nas instâncias decisórias da gestão pública. Por fim, o foco concorre para os contornos de mudanças da dita política sexual, a partir da configuração de um *ethos* conservador e intolerante às minorias, a impactar diferentes sistemas da governança pública, suas formas de agir e oferecer serviços e assistência.³ Aqui, evoca-se uma compreensão performativa da política (Austin, 1976; Butler, 2018), segundo a qual dizer é fazer e, desse modo, se empenha em examinar atos de fala, materializados em decretos, portarias, discursos midiáticos, aparições públicas, formas

de nomear e classificar setores, departamentos e órgãos públicos, programas e serviços. É por meio deles, então, que se verá como se configuram zonas de centralidades e outras de margens, em complexos processos de trazer à luz (fazer aparecer) ou ocultar (impedir, encerrar, dificultar, obstruir, denegar).

O PROJETO GLOBAL E A EMERGÊNCIA DA ANTIPOLÍTICA PÚBLICA E DO ATAQUE ÀS MINORIAS SOCIAIS

Falar em política sexual exige uma análise mais global, a caracterização de um dado cenário social e político atual. Isso se evidenciou logo nos primeiros esforços para a captura de dados, que se voltou tanto para o particular como para o geral. Era difícil entender a política LGBT e seus rumos, sem contextualizar um panorama mais amplo da política nacional que se desenhou no país, nos últimos anos, que inclui a política sexual. As controvérsias que surgiram no campo do gênero e da sexualidade evidenciaram esses aspectos muito rapidamente, mas, em meio aos fatos, outros assuntos vieram à baila no debate público, incluindo as políticas culturais e de igualdade racial, o tema dos direitos humanos, a saúde pública e as políticas de meio ambiente, mostrando as intersecções do fenômeno. Em todas essas áreas, anunciava-se um certo modo de agir do Estado que vamos explorar.

A primeira evidência desse contexto, é que desde o golpe se intensificou um processo complexo de desvalorização e minimização da importância da questão das minorias pelo Estado. Isso se manifesta, simbolicamente, no exame dos últimos slogans governamentais: “Brasil, um país de todos” e “Pátria educadora”, respectivamente Governo Lula (2003-2011) e Governo Dilma (2012-2016), *versus* “Ordem e progresso” e “Pátria amada, Brasil”, respectivamente, Governo Temer (2016-2017) e Governo Jair Bolsonaro (2019, até hoje).

A transição de um governo “de esquerda” (perpassado por múltiplos tensionamentos de poder), do Partido dos Trabalhadores - através de seus vários mandatos - para uma situação política “de direita” ou “de extrema direita”, como se autoidentifica o Presidente Jair Messias Bolsonaro, se faz acompanhar de profundas alterações na concepção

³ A noção de políticas sexuais “possibilita a abordagem conjunta de diferentes tipos de ação social dirigidos ao Estado ou promovidos em seu âmbito ou sob sua chancela: legislações, campanhas sanitárias, programas educativos, normativas ministeriais, decisões judiciais, diferentes ativismos e movimentos sociais, etc” (Carrara, 2015, p. 325). Permite examinar aspectos da relação entre Estado, organismos internacionais, movimentos locais e agendas políticas no campo do gênero e sexualidade.

⁴ *Passei a adotar o termo “anti-política pública” para designar ações do Estado contrárias às minorias e aos compromissos do Estado brasileiro com a Constituição Cidadã de 1988, para a proteção de populações em desvantagem social por meio de políticas públicas de reparação dessas desigualdades. Nesse sentido, a política pública brasileira se construiu na sua historicidade como política para a superação das iniquidades sociais e a proteção de minorias políticas diversas, incluindo as sexuais, as étnico-raciais, as religiosas, as de gênero etc. A opção pela expressão foi fruto do diálogo crítico com o Professor Alcides Gussi (MAPP-UFC) sobre uma certa forma de agir do Estado violadora dos Direitos Humanos, seja na obstrução de direitos, serviços, políticas e programas, seja na perpetuação de políticas conservadoras.*

de Estado e seu papel na proteção social, na concepção do que é a gestão pública e de como ela deve ser constituída, a partir de que valores e marcos norteadores.

Nessa transição, iniciada com o golpe, a aposta é que gradativamente tem lugar no país uma espécie de “antipolítica pública”⁴, um quadro de violação de direitos que desconsidera e ataca o que se construiu historicamente no país como política pública, uma política para minorias, cujos pilares são uma preocupação com princípios do igualitarismo, do equitativismo (acesso mais democrático a programas e serviços públicos, etc.), com a redução das desigualdades sociais e preocupação com a proteção e dignidade das populações socialmente mais vulneráveis (Martins, 2019). Muitos programas e políticas, durante os governos do Partido dos Trabalhadores, indicam essa forma de fazer política, incluindo a relação estabelecida com acordos e tratados internacionais, em compromissos governamentais com a redução da miséria e pobreza, a preservação do meio ambiente, o combate à violência de gênero, ao trabalho escravo e a violência e exploração sexual, etc. É com efeito, um ambiente governamental acolhedor e hospitaleiro às políticas para minorias (Natividade e Nagamine, 2016).

Em contraste, se anunciou já na campanha presidencial de Jair Bolsonaro, mas também em seu governo e em declarações de seus representantes, posicionamentos hostis às minorias, apelos armamentistas e, por outro lado, expressões de fundamentalismos políticos e religiosos: “Deus”, “família”, “nação”, “armas”, militarismo, são as categorias que se combinam numa associação ideológica específica que prenuncia os caminhos que a prática da política tomará em sua gestão.

A paulatina configuração desse *ethos* de hostilidades e desconsideração das minorias pelo Estado se confirmará em esforços por estabelecer linhas de atuação combativas em políticas de gênero e sexuais, demarcando o distanciamento da perspectiva adotada pelos Governos do Partido dos Trabalhadores, cuja proliferação de iniciativas específicas teve como marco histórico cultural o Programa Nacional Brasil sem Homofobia e a consolidação de importantes discussões e políticas de direitos humanos (Rodrigues, 2014). Sendo assim, observaram-se nos Governos petistas frentes de trabalho relacionadas ao foco em igualdade racial, mulheres, LGBT, liberdade religiosa (a questão do combate às intolerâncias religiosas e colocação em pauta

da valorização da diversidade religiosa brasileira), dentre muitas outras (Natividade, 2016; Martins, 2019). Enquanto, observa-se, na atualidade, o empenho para fazer desaparecer as mesmas, por mecanismo plurais de desconsideração, ocultamento e desarticulação política.

As metodologias empregadas com o fim de obstruir direitos históricos e minorias políticas são muitas e as identificamos nos seguintes termos: mudança do nome de ministérios e de departamentos; extinção de secretarias e ministérios e transformação dos mesmos em Secretarias submetidas a outros ministérios; encerramento de programas, secretarias e políticas específicas; diminuição ou fim de dotações orçamentárias; extinção de órgãos específicos; reconfiguração de corpos técnicos especializados, substituídos por quadros ideológicos ou militarizados por meio de demissões e exonerações; extinção ou rebaixamento de *status* de conselhos consultivos, etc. Tudo isso ocorre *pari passu*, a ocupação desses lugares por agentes alinhados a essa política de direita ou “antidireitos”, cujas ações evidenciam a obstrução de linhas de trabalho desses órgãos, anteriormente concebidas e praticadas e agora tensionadas por alinhamentos a ideais conservadores.

Uma das categorias expressivas dessa forma de atuar é descrita na imprensa brasileira e na própria política nos termos da narrativa de uma “guerra cultural”, empreendida pelo atual governo de Jair Messias Bolsonaro, contra “as esquerdas” e a sua suposta “ameaça comunista”; contra o feminismo, a igualdade sexual e de gênero e contra a diversidade sexual; contra a liberdade religiosa e a igualdade étnico-racial. Essa cruzada moral é colocada em prática por meio de muitas narrativas e ações, dentre elas o esvaziamento dos quadros do governo de técnicos alinhados a políticas de direitos humanos e “de esquerda”, cuja valorização da proteção de minorias é tida como ameaça aos seus projetos ideológicos, como veremos. Alertas e clamores contra “ideologia de gênero”, justificativas de dispensas de quadros gestores especializados com fins de “despetização” da política, discursos de proteção das famílias, antiabortistas e antifeministas, de desburocratização do Estado e de uma política de “direitos humanos cristãos”, são algumas das narrativas presentes nos discursos que justificam alguns dos cursos de ação. Assim, argumentaremos, a seguir, uma forma de construção de corpos gestores dos sistemas de governança, marcada por anseios do Estado em intervir e conformar quadros técnicos comprometidos com seus valores e práticas de

discriminação, com a perpetuação de hierarquias sociais e obstrução de direitos, políticas sociais e acesso a serviços públicos, que deve ser analisada, em suas especificidades e nuances.

Um exemplo pode ser tomado da Fundação Cultural Palmares, importante entidade de pesquisa e políticas de igualdade racial e de preservação do patrimônio cultural brasileiro, ocupada por Sérgio Camargo, jornalista e liderança negra, conhecida por seus discursos públicos expressivos de intolerância étnico-racial. Na sua atuação pública, ele trabalha incansavelmente para a desarticulação da missão da Fundação, no combate ao racismo e à intolerância religiosa e à preservação de patrimônios culturais das populações tradicionais.

Autor de polêmicas declarações como “a escravidão foi benéfica aos negros e negras no Brasil”; “o movimento negro é a escória humana”, ele protagoniza desde a sua nomeação, em dezembro de 2019, controvérsias públicas ligadas a uma postura ativista conservadora, contrárias às políticas de igualdade racial e de valorização da liberdade religiosa, por meio de críticas ao Dia de Zumbi ou Dia da Consciência Negra, incluído no calendário nacional oficial no dia 20 de novembro, desde 2003, durante o primeiro governo Lula, como parte das estratégias de implementação de políticas de igualdade racial (Portal G1, 02/06/ 2020).

O argumento aqui sustentado, no quadro avaliativo da atual política pública, é que Sérgio Camargo ocupa uma posição prestigiosa em cargo no campo da política cultural e de igualdade racial, mas operando estratégias de desqualificação e desarticulação dessa política. Do centro da política pública, da Presidência dessa instituição, opera práticas de discriminação e de apagamento das identidades negras, reforçando estereótipos sobre tais populações e obstruindo cursos de ação do Estado no combate ao racismo e liberdade religiosa.

Esse *modus operandi*, se verifica em dois outros fatos recentes que trago para ilustração dessa narrativa hostil aos direitos empregada por ocupantes de cargos e pastas públicas, na cena contemporânea da política brasileira.

O primeiro deles é a retirada oficial de personalidades negras da lista de homenageados da Fundação Cultural Palmares. Sob o argumento de que tais lideranças “queriam se promover” e pouco colaboravam com a luta dos movimentos negros, 27 nomes foram excluídos. Dentre eles, estão a Deputada Federal Benedita da Silva,

a escritora Conceição Evaristo, os cantores Elza Soares, Martinho da Villa e Mar’tnália, além de lideranças políticas da esquerda brasileira como Marina Silva (Rede Sustentabilidade) e Jean Wyllys (PSOL), dentre muitas outras figuras públicas de reconhecida atuação social. O segundo fato a ser tomado também como ilustração dessa forma de agir, está em um evento específico.

Em pleno “Dia da Consciência Negra”, em 20 de novembro de 2020, a sociedade brasileira assistiu, pelas redes sociais e principais jornais televisivos, ao assassinato de Alberto Silveira Freitas, no estacionamento do Supermercado Carrefour, na cidade de Porto Alegre. A rápida repercussão pública desse crime como exemplar de práticas de racismo que amparam a violência e o extermínio da população negra brasileira, teve como resposta pública do Presidente da Fundação Cultural Palmares a seguinte declaração: “era marginal”, “não representa pretos honrados” (Isto é Independente, 25/11/2020).

Esses fatos introdutórios servem aqui para elucidar o argumento principal do artigo: a construção de margens da política, a partir da ocupação de seus centros de poder, por esses quadros ideológicos da direita que expressam modos de agir antifeministas e contrários à igualdade de gênero, racial e religiosa e hostis aos direitos LGBT e de outras minorias políticas, exemplificando como mulheres, pessoas com deficiência, pretos e pobres, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, comunidades tradicionais e outras populações vulneráveis começam a ser negligenciadas e ocultadas da chamada política pública brasileira, desde o golpe, ainda que esse ocultamento e desprestígio tenha nuances em cada uma dessas linhas de ação e períodos da política nacional. Considera-se aqui o contínuo esfacelamento de redes de apoio dessas minorias (Butler, 2018) e a intensificação das inseguranças e precariedades que atravessam suas vidas, tidas como “não vidas”, portanto, abandonáveis.

A seguir vamos explorar melhor aspectos dessa forma de fazer política e ocupar para ocultar, aprofundando a análise sobre as nomeações/ocupações estratégicas como forma de perpetuar ideologias conservadoras e também discutir mais a fundo, a relação entre governo e sociedade como parte das estratégias de conformação de políticas contrárias a certas identidades coletivas e minorias. Por fim, a reflexão concerne ao campo dos direitos sexuais e reprodutivos, de modo a, preliminarmente, avançar na compreensão das configurações da política LGBT na atualidade.

2. OCUPAR PARA OCULTAR: CONSERVADORISMOS E “GUERRA CULTURAL”

A política LGBT só poderá ser compreendida dentro desse quadro mais geral e complexo, incluindo aspectos da moralização e conformação de uma cultura do conservadorismo no ambiente da política nacional brasileira. Contudo, isso se faz acompanhar de mecanismos de monopolização das ações pelo Estado, que passam pela ocupação estratégica de fundações e outras entidades governamentais, secretarias, ministérios, coordenações, programas, conselhos e órgãos consultivos, de uma maneira capilar, com fins de obstruir direitos sociais e políticas específicas de proteção. Os muitos e sucessivos movimentos nesse sentido, envolvendo sondagens, recusas, nomeações, afastamentos, exonerações, embargos jurídicos, mudanças de funções, novas nomeações, indicam a inexistência de um projeto de governo para suas populações, mas como elas são perpassadas por motivações pessoais, corporativas, por disputas ideológicas, relações privadas, entrelaçando administração pública e grupos de interesse. Dentro desse quadro, destaco a influência de bancadas e instituições religiosas e a atuação de grupos conservadores e fundamentalistas.

Nesse sentido, observa-se que, no quadro atual da política brasileira, muitos ministérios e órgãos públicos competentes encontram-se ocupados por representantes desses conservadorismos e moralidades religiosas, empenhados em reconfigurar os domínios do que é central na política pública brasileira e o que é empurrado para as zonas marginais, de modo a expelir minorias da preocupação dessas políticas. O campo da cultura e arte é, sem dúvida, um laboratório para examinar essas relações.

Não foram poucas as nomeações controversas ligadas às instituições públicas que administram a área de patrimônio, cultura e arte, assim como foram numerosas as tentativas de perpetuar tais atos oficiais. Esse campo da governança expressa bem como as tensões entre conservadorismo e políticas para minorias revelou modos de ação implicados em construir centros e margens da política, a partir de estratégias que reforçam vulnerabilidades e perpetuam a violência e o autoritarismo do Estado.

Vejamos a nomeação de Roberto Alvim para o cargo de Secretário da Cultura, pasta hoje submetida ao Ministério do Turismo. Uma

das ações protagonizadas logo rendeu uma controvérsia. Em 16 de janeiro de 2020, o Secretário publica nas redes sociais vídeo em que anuncia o Prêmio Nacional das Artes, popularmente conhecido como “O Edital das artes conservadoras”, com referências imagéticas que homenageiam o nazismo e sua concepção de arte conservadora e nacionalista, totalitária. No desenrolar da ação, a Advocacia Geral da União, em parecer de 22 de janeiro, revogou o edital por considerá-lo passível de ações judiciais, devido a inequívoca expressão de apreço a ideário nazista. O mesmo não chegou a ser publicado em Diário Oficial (Revista Isto é, 19/02/2020). A exoneração do Secretário ocorreu em 27 de janeiro, sendo substituído pela atriz Regina Duarte, após um período de sondagens e conversas com o Presidente Jair Bolsonaro, em 04 de março de 2020.

A atriz chamou atenção da mídia ao preconizar fala sobre a “verdadeira arte”, a “arte popular”, supostamente “acima de ideologias”, assim como “o pum do palhaço”, em seu discurso de posse na Secretaria Nacional de Cultura. Contudo, apesar de convidada pelo Governo Bolsonaro para colocar em prática a chamada “guerra cultural”, com as esquerdas brasileiras no campo da cultura e arte, a sua atuação foi avaliada negativamente. No centro de um debate sobre a política cultural em tempos de pandemia, pressionada pela classe artística para apoio governamental ao setor, ela foi logo substituída na Secretaria pelo ator Mário Frias, com discurso bolsonarista mais aguerrido, em Decreto Presidencial de 19 de junho de 2020.

O Estado de Minas, em 02/07/2020, noticiou as suas primeiras intervenções nos quadros técnicos da Secretaria, sucessivos afastamentos de técnicos de carreira e a intenção de auditar recursos da Lei Rouanet, contra o que nomeou de “os barões da cultura”, sob a suposta intenção e justificativa de democratização de recursos, advindos da política de turismo, a qual está subordinada a cultura. Mário Frias alcançou maior popularidade ao utilizar nas redes sociais a *hashtag* “fechado com Bolsonaro”, apesar de ocupar a posição, sem trajetória política ou afinidade com gestão pública. A auto declaração como artista bolsonarista lhe rendeu a identificação com o governo e o convite para ocupar a pasta, a despeito de sua inexistente *expertise* técnica.

Na avaliação das recentes ações do Estado na dita política cultural, outros eventos importam. Nesse sentido, o Instituto Nacional de Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN) foi objeto de

⁵ Em 11 de maio de 2020, a Presidência do IPHAN foi ocupada por Larissa Rodrigues Peixoto Dutra, em substituição à arquiteta Luciana Rocha Feres (nomeada em 11 de dezembro de 2019 e com nomeação suspensa no mesmo dia), ocupando posição desempenhada anteriormente pela historiadora Kátia Santos Bógia, que estava no cargo desde 2016. Tanto Luciana como Kátia, possuem formação e experiência em gestão pública na área, enquanto Larissa é graduada em Turismo e Hotelaria, sem afinidade ao campo do Patrimônio, da promoção e proteção de bens culturais materiais e imateriais, apesar de servidora pública.

sucessivas intervenções estatais que sinalizam o viés ideológico de direita, prevalecente, alterando a trajetória histórica institucional. Sucessivas nomeações e exonerações mostram que, nas alterações dos quadros técnicos durante o governo Bolsonaro, historiadores e antropólogos foram substituídos, na presidência do IPHAN, por blogueiros bolsonaristas, sem formação e experiência compatível à responsabilidade social do Instituto.⁵ Reações ocorreram, por exemplo, ação popular impetrada pelo deputado federal Marcelo Calero (Cidadania) reclamou “formação” e “perfil” incompatíveis ao cargo e embargou nomeações por alguns dias.

Contudo, outros cargos estratégicos do IPHAN foram ocupados por personalidades controversas. Desta feita foi a vez de Monique Aguiar, “influenciadora digital”, “bolsonarista”, ser nomeada em abril de 2020, para uma coordenação estratégica do órgão. Sucessivos atos de contestação sobre sua suposta ausência de formação e experiência técnica embasaram a suspensão de sua nomeação pela Controladoria Geral da União, que verificou que a mesma não possuía qualificação exigida. Mas, na sequência dos fatos, ela foi nomeada para outro cargo estratégico na atual política cultural, agora a coordenação de Projetos Especiais da Diretoria-Executiva da Funarte (Fundação Nacional das Artes), submetida ao Ministério do Turismo. Na continuidade das mudanças técnicas, a Presidência da FUNARTE foi entregue ao maestro Dante Henrique Mantovani, com nomeação publicada em Diário Oficial em duas ocasiões, primeiro em 12/2019 e depois em 05/2020 (Gazeta Web e Portal G1, 05/05/2020). A nomeação, seu afastamento e, posteriormente, nova nomeação foram associadas a controvérsia que ele protagonizou em posicionamentos públicos que ligava *rock*, drogas, sexo e satanismo e o questionamento de setores da sociedade de sua habilitação à posição.

Fatos semelhantes envolvem a Casa Rui Barbosa, quando já em 08/01/2020, o Governo Federal anunciava a demissão do núcleo diretor da entidade, composto por renomados pesquisadores da área, dentre uma jornalista, uma ensaísta, um sociólogo e um cientista político, sob a justificativa de “otimização administrativa”, como informa a Carta Capital de 08/10/2020. Foi indicada para a Presidência da Instituição, Letícia Dornelles, roteirista de novelas da TV Record e afilhada do pastor conservador Marcos Feliciano, e reconhecida trajetória de obstrução de direitos de minorias políticas.

Reações a essas mudanças foram protagonizadas por especialistas da área e movimentos sociais, junto a denúncias da estagnação de importantes frentes de atuação da Casa, como ações de preservação da memória, de acervo, folclore, pesquisa e outras, incluindo atendimento jurídico a refugiados e imigrantes. A intenção de extinguir a Casa Rui Barbosa foi anunciada pelo Governo Federal em algumas ocasiões, sob a justificativa de transformá-la em Museu e interromper as demais atividades de cunho social e cultural da mesma, conforme informou a Coluna de Mônica Bérnago em 17 de maio de 2020. Mudanças na gestão no campo da cultura envolveram ainda a substituição da Presidência da Biblioteca Nacional, assumida pelo músico Rafael Nogueira, sem ligação com o campo da literatura, mas com forte crítica às políticas educacionais anteriores, tidas por ele como esquerdistas e “deseducadoras”, demonstrando alinhamento à desejada política de guerra cultural do bolsonarismo (anticomunista, antifeminista, cristã e antiminorias, em geral).

Tais controvérsias demonstram a negligência com a qualificação técnica para a distribuição de cargos e posições institucionais. Ela está sujeita às intempéries da ausência de projetos e de políticas públicas consistentes, sendo o elemento detonador das indicações afinidades ideológicas e interesses políticos de vieses conservadores ou de direita, detonando crises nas políticas específicas, em cada uma das áreas da governança pública. Outro fato inconteste são as sucessivas nomeações, embargos jurídicos, renomeações, exonerações, sugerindo uma dinâmica de repetidos erros, na composição dos quadros governamentais.

Esse grave esvaziamento técnico especializado envolveu outras entidades governamentais, como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), afetado em suas atribuições de fiscalização e preservação ambiental. Reportagens do período informam a militarização de seus quadros e a obstrução de suas responsabilidades sociais e frentes de ação, incidindo em flexibilização do controle dos crimes ambientais, facilitação da grilagem de terras e mineração ilegal, desproteção de reservas ambientais e áreas de preservação. Dentre as exonerações e dispensas que chamam atenção no desmantelamento da política ambiental estão: o Presidente do órgão, o Presidente Substituto, o Diretor de Proteção Ambiental, o Chefe do Centro de Operações Aéreas, o Diretor

de Planejamento, Administração e Logística, o Coordenador Geral de Fiscalização Ambiental, o Coordenador de Operações de Fiscalização, o Coordenador Geral de Monitoramento do Uso da Biodiversidade e Comércio Exterior e técnicos do quadro de analistas. Entre os novos empossados estão: major da polícia militar, policial militar aposentado, coronel da reserva da Polícia Militar, analistas técnicos do órgão e de outros. Essa movimentação ocorre em meio a notícias sobre o enfraquecimento das ações do órgão e de inúmeras críticas de organismos internacionais à política ambiental praticada. Em diversas controvérsias públicas, imprensa e movimentos sociais enunciam o relaxamento da fiscalização e controle ambiental no país.

Merecem destaque tais alterações serem posteriores a relatos feitos por profissionais do quadro gestor, sobre a incidência de patrulhamento ideológico das ações técnicas do órgão, pelo governo federal e pelo Ministério do Meio Ambiente.

Em 12/04/2020, o *Programa Fantástico*, da Rede Globo de Televisão, exibiu matéria jornalística sobre a Operação do IBAMA na Amazônia, durante a Pandemia de COVID-19, indicando prejuízos na atual política ambiental nos termos do comércio ilegal de animais silvestres, da extração de madeira e garimpo de minérios ilegais, do relaxamento no controle das queimadas. Apesar de substituições nesse quadro terem ocorrido em período anterior, algumas foram durante a Operação do IBAMA na Amazônia e outras, ainda, aconteceram após o debate público acionado pela exibição da reportagem-denúncia televisiva. Distinta polêmica no assunto foi a exoneração do Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Ricardo Galvão, após a divulgação de dados oficiais do aumento do desmatamento na Amazônia, em dezembro de 2019. Posteriormente, foi afastada e remanejada da Coordenação de Observação da Terra para a Divisão de Projetos Estratégicos, a Dra. Lúbia Vinhas, especialista no tema. Organizações Não Governamentais e jornalistas da área interpretaram o fato como mais uma intervenção do governo para o ocultamento de dados oficiais sobre crimes ambientais na Amazônia (Portal DW, 13/07/2020). Revelou-se uma estratégia governamental típica da gestão o ocultamento de dados oficiais e desqualificação dos mesmos. Isso ocorreu na política ambiental e dados sobre queimadas e desmatamento, mas também no campo da política de HIV-AIDS, como será visto, na política de

gênero e na desqualificação de dados sobre feminicídio, nos dados sobre infectados e mortos pela COVID-19. A retirada de informações sobre a pandemia do Novo Coronavírus foi criticada pelos setores especialistas nos termos da falta de transparência no combate à doença no país, passando a mesma a ser fornecida oficialmente por estados e municípios, juntamente a órgãos de imprensa em um consórcio, dificultando o alinhamento e proposição de políticas públicas locais e o conhecimento da magnitude da pandemia na realidade brasileira. (Portal Uol, 08/06/2020).

Como vimos, o afastamento de funcionários públicos e técnicos de carreira, com sua substituição por quadros sem a devida qualificação, ideológicos ou militarizados, ou ainda o remanejamento deles para outros setores e a substituição por pessoas comprometidas com interesses externos à pasta, oferece graves prejuízos à política pública brasileira, não apenas a política LGBT ou política sexual.

Tal como também aconteceu, em plena Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) no país, no Ministério da Saúde, com a exoneração de dois Ministros com formação em Medicina, para sua substituição por um ministro militar, interino que, depois, assumiu oficialmente a pasta, a despeito da ausência de formação na área médica que lhe habilitasse ao cargo. Notícias sobre a ocupação de outras funções nesse ministério, por militares, indica uma alteração sem precedentes na história da governança pública. Convém frisar que isso ocorre em cenário político de contrariedade aos direitos sociais, garantidos pela Carta Magna Brasileira, abarcando a própria saúde pública e vulnerabilizando ainda mais as populações e segmentos minoritários.

Um exemplo da violência do Estado na ausência de proteção social das minorias é tirado ainda no contexto da pandemia de COVID-19. O Projeto de Lei 1142/2020, aprovado no Congresso Nacional, versa sobre a proteção das comunidades indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais, tidos como de extrema vulnerabilidade. A esse respeito, o Jornal *El País*, 08/04/2020, noticiou o veto do Presidente Jair Bolsonaro à obrigação do governo em direcionar verba emergencial para o combate a pandemia nos territórios indígenas, incluindo o abastecimento de água potável, materiais de alimentação, higiene, medicamentos, a compra de respiradores e outros insumos e a manutenção de estrutura hospitalar para tratamento e internação

em Unidades Intensivas (UTI), como parte de Plano Emergencial de combate à COVID-19 em territórios indígenas.

Por fim, a caracterização desse cenário se completará aqui com a menção ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e a sua reconfiguração como parte da ofensiva para a estruturação de quadros ideológicos na governança pública. Haveria ainda muitos exemplos, especialmente ligados à presença evangélica em Ministérios e órgãos do governo. Mas para a finalidade aqui proposta interessa destacar o referido órgão, deixando a análise aprofundada do assunto para outra oportunidade.

É significativo que a sua maior posição de poder, a de Ministra ou Secretária, seja ocupada por conhecida figura dos entornos da atuação evangélica fundamentalista - representada pelas redes de Marcos Feliciano, dos pastores Magno Malta e Silas Malafaia e de outras lideranças e parlamentares ligados às bancadas religiosas e sua pauta contrária a direitos sexuais - a missionária, cantora gospel e ativista conservadora Damares Alves. Destaco também a reconfiguração do nome do Ministério, com a inclusão das categorias “mulher” e “família”. O estranhamento se produz nos usos dos termos “mulher” em detrimento de gênero, indicando que se opera em meio ao Ministério com concepções hierárquicas, naturalizadas e dicotômicas de sexo e gênero (“homem”-“mulher”, “macho”-“fêmea”) e da apropriação e uso do termo “família” como arma política de exclusão das diversidades e pluralismos familiares, na difusão de modelos culturais heterocentros e no ocultamento das famílias LGBT e seus arranjos plurais.

Com efeito, a desarticulação dos quadros técnicos e sua progressiva substituição pelos quadros ideológicos é aqui o fio condutor de uma análise mais detida sobre a política sexual e da política em saúde. Mas antes de avançar, cabe ainda elucidar mais a respeito das estratégias empregadas para redefinir e repactuar as relações entre governo, sociedade e movimentos. Assim, é possível alcançar maior compreensão de modo como se produzem, na análise proposta e na avaliação da política pública, zonas de centralidades e de margens da política.

3. O DIÁLOGO COM A SOCIEDADE CIVIL: RUPTURAS E A PRODUÇÃO DAS ZONAS MARGINAIS

A coleta de dados mostrou que uma das linhas de ação dessa antipolítica pública é o encerramento e a obstrução do diálogo com a sociedade civil. Identificamos, na pesquisa documental, ataques sistemáticos a essa relação, sob a forma de extinção de Conselhos e inúmeros órgãos de controle social, em quase todas as áreas da governança pública. Não é possível aprofundar essa análise, embora ela merecesse. Mas cabe pontuar alguns aspectos, tendo em vista que exemplifica como tais ações operam a produção das zonas externas da política pública e empurram para o ocultamento o que anteriormente era visível, constitutivo da forma de fazer política.

Refiro-me a uma certa política de controle social, estabelecida e consolidada em gestão do Partido dos Trabalhadores, especialmente, a partir de decreto específico no Governo Dilma Rousseff. No que ficou conhecido como o “dia do revogaço”, foram extintos ou desarticulados, através de um único decreto presidencial, inúmeros conselhos e órgãos de participação social. Essa ação de desmantelamento da estrutura de participação social que se fortalecera nos governos do Partido dos Trabalhadores, coloca em cena o encerramento progressivo da relação entre governo e sociedade civil. O Decreto 8.243/2014, do governo Dilma, que instituiu a Política Nacional de Participação Social, foi revogado pelo Decreto 9.759/2019 do Governo Bolsonaro, em 11 de abril de 2019. O ato oficial “extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal”, ou seja, trata das estruturas de participação social através de conselhos e outros mecanismos de controle social (Dário Oficial da União, 11/04/2019), extinguindo ou limitando-os.

Assim, o “revogaço” é ato da União que extinguiu vários Conselhos, reduzindo de 700 para apenas 50 os conselhos atuantes. Também alterou as estruturas dos mesmos, limitando vagas de integrantes da sociedade civil. Com isso, impactou e desarticulou o controle social nas instâncias decisórias do país, reverberando significativamente nos rumos da política pública brasileira.

Dentre aqueles que foram extintos ou alterados, destaco o Conselho Nacional de Participação Social; o Sistema Nacional de Participação Social; o Conselho Nacional de Segurança Pública; o

Conselho Nacional dos Direitos da Deficiência; dentre outros. Nos conselhos que tiveram vagas reduzidas, dentre vasto número, estão o Conselho Nacional de Política Cultural, que passou de 36 para 16, os integrantes da sociedade civil, e de 68 para 36 nas vagas totais; o Conselho Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, que passou de 18 para 8 membros e de 9 para 4 as vagas da sociedade civil; o Conselho Nacional de Combate ao Tráfico de Pessoas foi reduzido de 26 para 7 membros, passando de 9 da sociedade civil para 3. O Conselho Nacional de Meio Ambiente, mudou de 92 membros, para 23 e de 29 representantes da sociedade civil se reduz para 6 vagas apenas. De modo semelhante, o Conselho LGBT passou de 30 para 7 vagas, restando apenas 3 representantes da sociedade civil.

As vagas em Conselhos passaram, então, de 204 para 101, segundo dados do Portal Uol que faz minucioso balanço dessa alteração (Portal Uol 18/07/2019 e Portal Uol 26/07/2019) e informa sobre a dinâmica de alterações: extinção de alguns desses colegiados e posterior recriação, segundo critérios específicos em novo decreto. De todo modo, efetivamente, para além da recriação normativa dos colegiados, o que está em prova é a extinção de vagas da sociedade civil e fragilização do controle social. Chama atenção que o Conselho que mais perdeu cadeiras dos movimentos sociais foi o Conselho Nacional de Meio Ambiente, o Conama, área governamental implicada em sucessivas controvérsias públicas na dita política bolsonarista.

O Jornal Estadão noticiou a justificativa do Governo dessas e outras reduções normativas: simplificar e reduzir o arcabouço normativo ao necessário (Estadão, 09/04/2019). Há que se observar, em futuras pesquisas, as disputas internas entre os movimentos para participar dessa relação, os jogos de força e concessões para atuar, tendo em vista tão drásticas reduções para o controle social e os jogos de interesses inerentes a vida pública e aos grupos ativistas. Como vimos, o desmantelamento de tais políticas se faz acompanhar dessa conexão minimizada com a sociedade civil, por meio de atos oficiais específicos, além das já sinalizadas mudanças em gestão. A análise feita até aqui ajuda a delinear a produção das centralidades e marginalidades, estando a sociedade civil, os coletivos ativistas e os órgãos de controle social expelidos dos lugares de reconhecimento e legitimidade no Estado, de aparição, para ocupar novamente na política brasileira lugares de sombra e invisibilidade. Por outro lado, ocupam o centro e locais privilegiados de poder, representantes da política bolsonarista,

conservadora, militarizada, pouco técnica ou desqualificada, ideológica e/ou de viés fundamentalista, como pretendo esmiuçar um pouco mais a seguir.

4. POLÍTICA SEXUAL CONSERVADORA: TENSIONAMENTOS E RETROCESSOS

Depois desse panorama e diagnóstico inicial, volto ao problema proposto que é a análise da política sexual, dentro de um cenário amplo de influência de moralidades fundamentalistas e conservadoras, a se impor e desenhar políticas de viés conservador quando o assunto é sexo e gênero. Os mecanismos são plurais, impactando, em maior ou menor grau, avanços e inovações tecnológicas e científicas de áreas específicas. Devido ao espaço limitado de um artigo, recortarei alguns eventos significativos nesse sentido. Antecipo a análise do caráter hostil às minorias sexuais, antifeminista e moralista das ações do poder público, incluindo impactos no campo da política de HIV-AIDS e de saúde sexual. Apresento dados e discuto alguns dos retrocessos ou tensionamentos identificados.

A notícia de que Adele Benzaken, diretora do Departamento de HIV/AIDS e hepatites virais, responsável pela política de prevenção e controle de infecções sexualmente transmissíveis fora exonerada, sendo substituída por Wanderson Kleber de Oliveira, em 11 de janeiro de 2019, foi um marco. A decisão foi tomada sob a justificativa de que haveria novos direcionamentos na pasta e seus quadros técnicos, pelo então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta que, em falas públicas afirmou: era preciso estimular a prevenção, mas sem “ofender as famílias brasileiras”.

Outro fato significativo no retrocesso na política de saúde sexual foi na circulação de informação em HIV-AIDS e em saúde sexual pelo Estado. Por exemplo, informações sobre HIV-AIDS foram retiradas do site institucional do Ministério da Saúde, em julho de 2019 (Carta Capital, 22/07/2019). Do mesmo modo, foi retirada de circulação uma cartilha voltada para a saúde dos “homens trans”, sob a justificativa hesitante de que haveria correções no documento que foi divulgado.

Diante o ocorrido, diversas entidades, ONGs, associações comunitárias emitiram notas de repúdio sobre a demissão da diretora

Adele Benzaken do Departamento, bem como sobre a restrição de informação em saúde pelo governo. Para os movimentos e ONG-AIDS, a exoneração impactava o acesso a novas tecnologias em prevenção como a PREP (Terapia Pré-exposição) e PEP (Terapia Pós-Exposição), eficazes no controle da doença e responsável pela diminuição dos níveis de contágio. Uma perda grave, técnica, no quadro da política de combate à epidemia e da política em saúde sexual.

Do mesmo modo, os movimentos denunciaram que a retirada de informações oficiais sobre AIDS do site do Ministério da Saúde impactou o acesso da população a informações básicas sobre a doença, inclusive prevenção, testagem e acesso a tratamentos e programas do Sistema Único de Saúde (SUS). Na linha dessas críticas, foi argumentado pelos coletivos e gestores públicos que o ocultamento da política de AIDS de populações-chave como homens que fazem sexo com homens e as pessoas transexuais, poderia ocasionar a volta generalizada da epidemia. E que tais especificidades não pretendiam ofender famílias, mas trabalhar com foco em populações invisibilizadas, vulneráveis, essenciais no controle da doença.

Sobre a PREP e PEP, o então Ministro Mandetta alimentou a controvérsia ao dizer que “remédio” não resolveria “comportamento de risco”. Nessa polêmica, Adele Benzaken esclareceu, em nota pública, que existia monitoramento efetivo das unidades de saúde que faziam a utilização PREP e que ela não era distribuída aleatoriamente, como se supunha em senso comum, mas, ao contrário, sua distribuição era fruto de conhecimento técnico das populações vulneráveis. Essa polêmica ilustra a tensão entre informação técnica e visões ideológicas que impactam a política pública, em nosso caso, a política em saúde sexual, quando ela é orientada por princípios não técnicos, incluindo visões moralizantes sobre sexo e gênero e sobre condutas sexuais.

Na linha das políticas ideológicas e moralizadas, no começo de 2020, a “abstinência sexual” foi colocada como uma estratégia a ser adotada pela governança pública, como meio de evitar a gravidez na adolescência e a transmissão de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), com respaldo de Damares Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

Campanhas de prevenção do Carnaval carioca fizeram uso desse discurso, com forte apelo juvenil. O Programa Encontro (28/01/2020), da apresentadora Fatima Bernardes, entrevistou jovens, representantes dessas redes, que discursaram longamente sobre abstinência e retardo

da vida sexual como forma de evitar gravidez precoce e infecções sexualmente transmissíveis. Então, passam a se cruzar as redes da política pública e representantes de grupos religiosos, elaborando novas definições de centro e margem no Estado e em sua concepção de política pública. Nesse caso, “esperar no Senhor”, essa ética sexual religiosa, no centro da preocupação do Estado. Já a PREP e PEP, nas margens da política.

Bolsonaro elogiou iniciativas desse tipo por Damares e durante conversa com a imprensa em Brasília, publicizou discursos que fizeram parte de sua campanha política: uma pessoa portadora de HIV é “despesa para todos no Brasil” (Portal Uol, 05/02/2020).

Mais recentemente, o Governo brasileiro deixou de renovar contratos responsáveis por insumos para medicamentos e testes para medições de tratamentos em HIV-AIDS, conforme informa reportagem do Estado de Minas, em 07/12/2020: “Governo deixa contrato vencer e suspende exames de HIV e hepatites no SUS”. Já se identifica, assim, lacunas nas ações do Estado para o controle da epidemia, envolvendo testagem, prevenção e tratamento.

Na lógica de empurrar para as margens, as minorias e suas lutas sociais por meio de atos oficiais que representam graves retrocessos aos direitos dessas populações, cabe destacar ainda que, em maio de 2019, foi retirada a palavra AIDS do nome oficial do Departamento, que passou a se chamar Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Contrariando décadas de uma luta política que assumiu a condição de visibilidade dessas minorias, como uma forma de combate ao preconceito e estigmas sociais, a palavra AIDS foi ocultada e empurrada do centro para a margem da política pública.

Mas os impactos dessas reconfigurações de centros e margens se fazem sentir num cenário mais amplo dos direitos reprodutivos, expressivo de posturas antifeministas e antiabortistas pelo Estado. Vejamos.

Reporto aqui a eventos específicos. Especialmente, às críticas também da Ministra Damares Alves ao Supremo Tribunal Federal (STF) e seus debates públicos sobre aborto em casos de Zika vírus e de anencefalia, indagando se a pandemia do Novo Coronavírus também iria levar a uma ampla aceitação do aborto no Brasil. Essa crítica se estendeu ao Ministério da Saúde e seus quadros técnicos, na Saúde da Mulher e na Saúde do Homem, em graves alertas antifeministas.

Na controversa reunião ministerial de 22 de abril de 2020, amplamente divulgada pela mídia depois de ordem judicial, a ministra disparou ao então Ministro da Saúde, Nelson Teich: “vão liberar geral? O seu ministério, ministro, tá lotado de feministas que tem uma pauta única que é a liberação de aborto, tá cheio de abortistas no Ministério da Saúde, ministro”.

Na sequência dos fatos, após a demissão de Nelson Teich, o interino Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, exonerou dois servidores da pasta que coordenavam áreas dedicadas, entre outros temas, à saúde sexual de mulheres e homens. O Diário Oficial da União de 05/06/2020 publicou a exoneração de Flávia Andrade Nunes Fialho, coordenadora de Saúde das Mulheres, e Danilo Campos da Luz e Silva, coordenador de Saúde do Homem. A medida ocorreu em articulação às críticas feitas pelo Presidente a uma nota técnica da pasta de 1º de junho, que assegurava, como serviços essenciais na pandemia, cuidados ao abortamento legal para casos de estupro e violência sexual. Tratava-se da Nota Técnica nº 16/2020 -COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS, de 1 de junho de 2020.

As falas públicas, alarmistas, do Presidente, nas redes sociais argumentavam erroneamente sobre o tal documento que, para ele, visava “a legalização do aborto” e por isso devia ser revogada, por ser ele “contrário a essa prática”. A nota técnica, assinada pelos dois servidores exonerados tratava do “acesso à saúde sexual e saúde reprodutiva no contexto da pandemia da covid-19”, da necessidade de manutenção dos serviços de saúde sexual e saúde reprodutiva durante a pandemia, “com vistas a reduzir a gravidez não planejada e eliminar a violência contra mulher” (p.1). O documento afirmava ainda que deviam ser considerados “essenciais e ininterruptos” serviços como “atenção à violência sexual” e o “acesso à contracepção de emergência”. Quando se refere a aborto, a nota técnica apontava que se tratava de “direito de adolescentes e mulheres” e que devia ser mantido durante a pandemia “para os casos previstos em Lei”. De acordo com a nota, as orientações contaram “com a colaboração da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS)”.

Uma controvérsia a esse respeito se firmou no questionamento 1) de se a medida teria legitimidade, sem ter havido ampla discussão no Ministério da Saúde (posição da Secretaria de Atenção Primária à Saúde); 2) a necessidade de identificar os responsáveis pela “elaboração e divulgação não autorizada da referida minuta” que

defendia posição ostensivamente abortista, supostamente; 3) a necessidade de renovar a composição das equipes dos quadros da saúde da mulher e saúde do homem, de modo a evitar posturas feministas e abortistas.

Também reporto aqui a outros fatos no campo da política de gênero e sexualidade que se destacam. Recentemente, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) lançou em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o edital “Família e Políticas Públicas no Brasil”, Edital 2/2021, publicado em 7/01/2021, destinado a bolsas de mestrado e doutorado em programas de pós-graduação cujo objetivo seja “fortalecer” e “sustentar”, “a família”, os “vínculos familiares” ou “políticas familiares”, em linhas de pesquisa assim especificadas: “dinâmica demográfica e família”, “Equilíbrio Trabalho-família”, “Tecnologia e relações familiares”, “Saúde mental nas relações familiares” e outras. Poderia parecer banal ou até mesmo revelar interesse em compreender dinâmicas de transformação na sociedade e relações familiares, se não houvesse destaque para “família”, no singular e como lugar de equilíbrio funcional, com recurso a categorias pouco usuais nos debates sobre gênero, por exemplo identificar “vínculos familiares frágeis”, “identificar intervenções ativas de pais no sentido de moderar o uso da tecnologia” e exposição nas redes sociais; bem como a relação de um conjunto amplo de fatores de risco do dito “equilíbrio familiar”, incluindo abuso sexual e elementos motivadores de “automutilação” e “suicídio”. Para além da legitimidade de conhecer fenômenos ligados à violência e família e vulnerabilidades nessa relação, estão ausentes do edital e outros materiais que acompanham o seu lançamento e circulação categorias centrais do debate político e acadêmico como “violência contra a mulher e violência doméstica”, “feminicídio”, “homofobia” e “LGBTIfobia”. No entanto, ao longo do edital menciona-se que ele se distingue, dentre outras políticas, daquelas que pretendem colaborar para erradicar a pobreza e da violência etc.

Rápidas reações organizadas da sociedade civil e de associações ativistas e acadêmicas trataram de destacar o potencial excludente do edital, que opera com o conceito de modo universal e desconsidera o dinâmico pluralismo familiar na sociedade brasileira que inclui experiências homoafetivas, transfetivas, além de debates sobre interrupção da gravidez (abortamento legal), criação de crianças

por “mães solo” e outras formas de organização dessa relação por novos sujeitos de direitos. Em redes de articulação a esse respeito, manifestaram-se o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), a Rede Fluminense de Núcleos de Pesquisa em Gênero e Sexualidade e Feminismos nas Ciências Sociais (REDEGEN), o Fórum de Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (CHSALLA), através de debates e notas públicas sobre o caráter conservador do edital, chamando atenção para o seu aspecto interministerial (Educação, Trabalho e Direitos Humanos), compreendido como parte de uma “trama” conservadora e impositiva de valores universais acerca da compreensão de família, sexo e gênero. Em reunião chamada pela REDEGEN, em 20/01/2021, discutiu-se possíveis linhas de ação em resposta, dentre amplo leque (ações no ministério público, boicote ao edital, participação de pesquisadores de redes ativistas no mesmo com projetos e linhas de pesquisa excluídas dele intencionalmente, ampliação de espaços de denúncia na imprensa brasileira, etc). Na ocasião, chamou-se atenção ainda para a articulação do edital a outras ações do Estado no sentido do fortalecimento de linhas de ação conservadoras na política pública, a saber, o Decreto/ Portaria n. 2904 de 13 de novembro de 2020 que Institui o “Programa de Trabalho e família” e a “Cartilha sobre Políticas Públicas Familiares, organizada pelo MMFDH. Assim, inicia-se a citada cartilha: “A importância da família: a família é a base da sociedade” e segue o texto, destacando seus propósitos normativos de material voltado à “promoção da família” e do “casamento”. A portaria refere à proposição de ações com objetivos de fortalecer e promover educação em “equilíbrio trabalho-família”, instituir o programa “Família amiga”, o selo empresarial “Empresa Amiga da Família”, o “Prêmio Melhor ação em Equilíbrio Trabalho-Família”, etc.

Observo que entra em cena a ideia de “políticas familiares” e são ocultadas categorias como igualdade de gênero, combate ao feminicídio, à violência doméstica e à homofobia e outras ligadas a esse debate.

Os eventos reforçam a visão de que o afastamento de quadros técnicos e a ocupação de lugares de poder por quadros ideológicos (incluindo agentes religiosos) e militarizados, implica em graves

prejuízos em todas as políticas públicas e ao enfrentamento de todas as formas de violências. Desse modo, a agenda das pesquisas avaliativas e diagnósticos da política pública deve incluir o exame de mudanças na gestão, em múltiplas dimensões, suas motivações ideológicas, culturais e políticas, bem como os impactos delas na oferta de serviços, programas e equipamentos públicos para minorias sociais.

CONCLUSÃO

O artigo destacou os prejuízos na política sexual, atravessada por interesses em disputa, focalizando o campo da saúde sexual. Discutiu a fragilização da política de HIV-AIDS e do acesso às novas tecnologias de prevenção e tratamento. Também os direitos reprodutivos, no que concerne à prevenção da gravidez na adolescência, influenciada pela ética sexual religiosa do “esperar no Senhor”, motivando apelos de contenção e retardo da iniciação sexual. O mesmo se observa no campo do abortamento legal, afetado por alertas extremistas por parte de representantes do Governo, que almejam impedir o acesso a serviços de referência, no abortamento de vítimas de violência sexual e de estupro.

Assistimos assim à pluralização de discursos antifeministas, hostis aos LGBT, à igualdade racial e à diversidade religiosa, contrário às políticas de proteção do meio ambiente, do mesmo modo que vimos a emergência de discursos de desprezo a ciência e a pactos e tratados internacionais em múltiplos campos da governança (saúde pública e políticas sanitárias, direitos humanos, política ambiental, prevenção do trabalho escravo, combate à miséria, ao racismo, à violência de gênero e ao feminicídio).

O artigo abre caminhos avaliativos da política pública ao considerar como indicadores a construção de quadros gestores e das respectivas qualificações técnicas de servidores, identificando os movimentos do Estado em exonerações, nomeações, afastamentos, encerramento de contratos de serviço, transferência de setor e lotação. Faz parte dessa análise verificar e monitorar se e como a composição desses quadros técnicos tem motivações plurais políticas. fundamentalistas e/ou religiosas, presentes nas variadas trocas, distribuições de cargos,

exonerações, bem como justificativas partidárias (“despetizar”), ameaçando competências e responsabilidades setoriais.

Também introduz inovações metodológicas na avaliação observar a relação estabelecida pela gestão com sociedade civil e a participação de conselhos na política pública, por meio da criação de atos do Executivo (decretos) e revogações dos mesmos, incluindo a alteração no quadro de vagas que visam o controle social. Isso permitirá a vantagem epistêmica de verificar os impactos da ausência de atores da sociedade civil na definição de políticas públicas e de demandas a serem atendidas nelas. Além de produzir indicadores de lacunas da presença de alguns setores no diálogo com governos, mas também de brechas na concepção da política pública para interesses externos aos grupos sociais atendidos. Essas dinâmicas ajudam a compreender como se formam e firmam em contextos, centros e margens da política.

O artigo observou como, nessa dinâmica e disputas, entra em cena a ideia de “políticas familiares” e são cada vez mais e progressivamente ocultadas categorias como igualdade de gênero, combate ao feminicídio, à violência doméstica e à homofobia e outras ligadas a esse debate.

Para além das identificações à alinhamentos à direita ou esquerda política, é relevante chamar atenção para a evidência da incompetência técnica dos quadros gestores, afetando acesso a políticas sociais, como se comprovou na análise feita sobre o atual contexto político brasileiro. Todavia, para além dos ditos desmontes e interrupção e encerramento de linhas de ação no combate às iniquidades de gênero e sexualidade, na atual política se fortalecem vieses conservadores e propositores de visões de mundo que rechaçam o pluralismo de gênero, sexual e familiares e se sustentam em bases e visões de mundo homogeneizantes, fundamentalistas e hostis às diferenças.

Evidenciou-se o prejuízo à política pública de tais configurações políticas, implicada em insuficiência, ineficácia, que violam direitos constitucionais da população brasileira no acesso à saúde pública, além das sistemáticas ações do Estado violadoras da igualdade e equidade sexual e de gênero.

A pandemia de COVID-19 e suas 496 mil mortes, os mais 7 milhões de testes vencidos, a ausência de orientações sanitárias em respeito à órgãos internacionais de Saúde pelo Governo, a falta de coordenação de níveis federal, estaduais e municipais no controle da doença, a

ausência, dificuldades e hesitações para a construção de Plano de Imunização para toda a população brasileira são exemplos taxativos do prejuízo de quadros ideológicos a suplantarem quadros técnicos. Espero que este artigo tenha lançado luzes para inovações na avaliação da política pública, olhando para inacabamentos, disputas, linhas de força e a presença de marcos ideológicos e religiosos na conformação de políticas conservadoras em um dado contexto.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, John. L. *How to do things with words*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1976.

BIRMAN, Patrícia. Vulnerabilidade e inacabamento: a defesa dos direitos LGBT (Prefácio). In: **Margens da política**: estado, direitos sexuais e religiões. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, 7-14.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia – 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil Contemporâneo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 21, p. 323-345, ago. 2015.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. Os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil a partir da “Constituição Cidadã”. In: OLIVEN, Ruben George; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo Marçal (Org.). **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 334-359.

DAS, Veena. *Action, expression and everyday life. recounting everyday events*. In: DAS, Veena. (ORG). **The ground between: anthropologists engage philosophy**. Durham-Londres. Duke University Press, 2014.

MARTINS, Erlane M. **Por uma educação antirracista**: análise de experiências sobre o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na CREDE 3/Acaraú-CE. Fortaleza: UFC. Mestrado Profissional em Avaliação de Política Pública. Dissertação de Mestrado, 2019.

MONTERO, Paula *et al.* Fazer religião em espaço público: encenações religiosas e influência pública. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre. Ano 24, nº 52. Set-dez, 2018.

NAGAMINE, Renata; NATIVIDADE, Marcelo. Entre hospitalidade e hostilidade: políticas sexuais em perspectiva internacional. In:

NATIVIDADE, Marcelo. **Margens da política**: estado, direitos sexuais e religiões. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 243-267.

NATIVIDADE, Marcelo *et al.* **Observatório Nacional da Política LGBT**: relatório de pesquisa 2019-2020. Fortaleza: UFC, 2019.

NATIVIDADE, Marcelo. Preâmbulo: sobre deslocamentos e margens. In: NATIVIDADE, Marcelo. **Margens da política**: estado, direitos sexuais e religiões. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 21-30.

RODRIGUES, Silvia Aguião. **Fazer-se no Estado**: uma etnografia sobre o processo de constituição do LGBT como sujeito de direitos no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado. Campinas: PPGCS/UNICAMP, 2014. 340 p.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, Fortaleza, ano 1, v. 1, n. 1, p. 7-15, jan./jun. 2008.

SCHRITZERMEYER, Ana Lúcia Pastore. In: NATIVIDADE, Marcelo. **Margens da política**: estado, direitos sexuais e religiões. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 15-19.

TORRES JUNIOR, Paulo *et al.* “Avaliar em profundidade: dimensões epistemológicas, metodológicas, e experiências práticas de uma nova perspectiva de avaliação de política pública”. **Revista brasileira de políticas públicas e internacionais**, v.5, n.2. João Pessoa: UFPB, 2020.

VIANNA, Adriana; LACERDA, Paula. **Direitos e políticas sexuais no Brasil**: o panorama atual. Rio de Janeiro: Clam/IMS/Cepesq, 2004.

VIANNA, Adriana; BENITEZ, Maria Elvira. Gênero e sexualidade: Estamos no canto do ringue? **Cadernos de campo**, n. 25. São Paulo: USP, 2016. p. 36-41.